



Simulado Final

PCAL

Agente e Escrivão

Pós-edital

Simulado Final – PC AL (Agente e Escrivão)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PC-AL;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Final-PC-AL-21-08>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Patrícia Manzato

Leia o texto a seguir para responder aos itens 1 a 9.

Dentro da taverna, os martelos de vinho branco, os copos de cerveja nacional e os dois vinténs de parati ou laranjinha sucediam-se por cima do balcão, passando das mãos do Domingos e do Manuel para as mãos ávidas dos operários e dos trabalhadores, que os recebiam com estrondosas exclamações de pândega. A Isaura, que fora num pulo tomar o seu primeiro capilé, via-se tonta com os apalhões que lhe davam. Leonor não tinha um instante de sossego, saltando de um lado para outro, com uma agilidade de mono, a fugir dos punhos calosos dos cavouqueiros que, entre risadas, tentavam agarrá-la; e insistia na sua ameaça do costume: “que se queixava ao juiz de orfe!”, mas não se ia embora, porque defronte da venda viera estacionar um homem que tocava cinco instrumentos ao mesmo tempo, com um acompanhamento desafinado de bombo, pratos e guizos.

Eram apenas oito horas e já muita gente comia e palavreava na casa de pasto ao lado da venda. João Romão, de roupa mudada como os outros, mas sempre em mangas de camisa, aparecia de espaço em espaço, servindo os comensais; e a Bertoleza, sempre suja e tisonada, sempre sem domingo nem dia santo, lá estava ao fogão, mexendo as panelas e enchendo os pratos.

Um acontecimento, porém, veio revolucionar alegremente toda aquela confederação da estalagem.

Foi a chegada da Rita Baiana, que voltava depois de uma ausência de meses, durante a qual só dera notícias suas nas ocasiões de pagar o aluguel do cômodo. Vinha acompanhada por um moleque, que trazia na cabeça um enorme samburá carregado de compras feitas no mercado; um grande peixe espiava por entre folhas de alface com o seu olhar embaciado e triste, contrastando com as risonhas cores dos rabanetes, das cenouras e das talhadas de abóbora vermelha.

- Põe isso tudo ai nessa porta. Ai no número 9, pequeno! gritou ela ao moleque, indicando-lhe a sua casa, e depois pagou-lhe o carroto. - Podes ir embora, carapeta!

Desde que do portão a bisparam na rua, levantou-se logo um coro de saudações.

- Olha! quem ai vem!

- Olé! Bravo! É a Rita Baiana!

- Já te fazíamos morta e enterrada!

- E não é que o demo da mulata está cada vez mais sacudida?...

- Então, coisa-ruim! por onde andaste atirando esses quartos?

- Desta vez a coisa foi de esticar, hein?!

Aluísio Azevedo, *O Cortiço*.

Em relação aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

01. O texto narra um acontecimento que tira a situação de sua rotina: o retorno de uma das personagens que morava na estalagem.

02. Pode-se inferir do texto que homens e mulheres eram tratados da mesma forma.

03. A omissão do sujeito no segundo período do 4º parágrafo - *Vinha acompanhada por um moleque, que trazia na cabeça um enorme samburá carregado de compras feitas no mercado* - causa ambiguidade ao parágrafo.

04. Seria mantida a correção gramatical do trecho caso a forma verbal “eram” em “Eram apenas oito horas” (2º parágrafo) fosse substituída por “era”.

05. Seriam mantidos os sentidos do texto caso a conjunção “porque” em (...) *mas não se ia embora, porque defronte da venda viera estacionar um homem que tocava cinco instrumentos ao mesmo tempo* (...) fosse substituída por *já que*.

06. A partícula “já” em *Já te fazíamos morta e enterrada!* (5º parágrafo) expressa uma ideia de tempo.

07. A supressão da vírgula logo após porém em “*Um acontecimento, porém, veio revolucionar alegremente toda aquela confederação da estalagem*” (3º parágrafo) manteria a correção gramatical.

08. A palavra “comensais” (2º parágrafo) pode ser substituída por *convivas*, sem alteração de sentido.

09. O texto é predominantemente narrativo.

Leia o texto a seguir para responder aos itens 10 a 18.

Dois delegados e um agente da Polícia Civil foram homenageados, na manhã desta segunda-feira (16), pelos serviços prestados que contribuíram para a redução da criminalidade na cidade do Pilar. O município da região metropolitana está há mais de quatro meses sem registrar homicídios.

Receberam a homenagem o delegado titular do Pilar, Sidney Tenório, e o superintendente administrativo e financeiro da Polícia Civil, delegado José Carlos dos Santos, que passou três anos na coordenação da delegacia do município. Além deles, também recebeu uma placa de agradecimento pelo trabalho realizado o agente Marcelino de Melo Santos.

“Pilar saiu de destaque nacional de violência para uma das cidades mais seguras do país. E isso se deve, entre outras coisas, ao trabalho de investigação realizado pela Polícia Civil”, ressaltou o prefeito do município, Renato Filho, que entregou também placa com homenagem a policiais militares que atuam no Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp).

Disponível em <

<http://www.pc.al.gov.br/site/materia/detalhe/policiais-civis-sao-homenageados-por-reducao-da-criminalidade-no-pilar/>>

No que se refere aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

10. O principal objetivo do texto é informar sobre a diminuição da criminalidade em Pilar.

11. Segundo o texto, o sucesso do caso de Pilar se deu em virtude de ações conjuntas das polícias, resultando em período sem ocorrências de homicídio.

12. O trecho “Pilar saiu de destaque nacional de violência para uma das cidades mais seguras do país” (3º parágrafo) constitui um argumento por exemplificação.

13. As duas ocorrências do pronome “que” em “o prefeito do município, Renato Filho, que entregou também placa com homenagem a policiais militares que atuam no Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp)” revelam a mesma função sintática.

14. A substituição das vírgulas que isolam os trechos “Sidney Tenório” e “delegado José Carlos dos Santos” por travessões não prejudicaria a correção nem o sentido do texto.

15. Seriam mantidos o sentido e a correção do texto, se o trecho “O município da região metropolitana está há mais de quatro meses sem registrar homicídios.” (1º parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: Não foi registrado, no município da

região metropolitana, nenhuma ocorrência de homicídio, em mais de quatro meses.

16. O texto é predominantemente injuntivo.

17. Se o trecho “também recebeu uma placa de agradecimento pelo trabalho realizado o agente Marcelino de Melo Santos.” (2º parágrafo) for transposto para a voz passiva, uma reescrita possível é “foi recebida, pelo agente Marcelino de Melo Santos, uma placa de agradecimento pelo trabalho realizado.

18. A substituição do pronome demonstrativo em “Dois delegados e um agente da Polícia Civil foram homenageados, na manhã desta segunda-feira (16)” (1º parágrafo) por *dessa* mantém o sentido e a correção gramatical.

Leia o texto a seguir para responder aos itens 19 a 24.

Tem-se afirmado, repetidamente, que a depressão é o mal do século. No entanto, acredito que valha a pena questionar a afirmação. Não é que se possa negar o grande contingente dos ditos deprimidos, que vai desde a baixa de humor, a apatia, o desânimo e o pessimismo, até os conteúdos nostálgicos e tristes, que emprestam colorido acinzentado à vida. Nem tampouco pode-se ocultar o fato do aumento de prevalência da doença depressiva em suas multifacetadas apresentações. É verdade que a depressão tem sido responsável por muitos estragos em muitas vidas e bolsos que o confirmem os receituários recheados de Prozac ou as farmácias naturais que preparam as fórmulas dos famigerados Florais de Bach. Para não falar das depressões mascaradas, constantes presenças nas salas de espera dos médicos de todas as especialidades, e responsáveis por tantos tratamentos e exames desnecessários e até cirurgias inúteis.

Adaptado de

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372007000100015>

Em relação aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

19. Infere-se do texto que a depressão é uma doença atual, que têm consequências em distintas partes do indivíduo, seja física ou mental.

20. Percebe-se, a partir da leitura do texto, que o autor não concordo com o grande foco dado à depressão.

21. O texto é predominantemente argumentativo.

22. A supressão da vírgula antes do conectivo “e” em “e responsáveis por tantos tratamentos e exames desnecessários e até cirurgias inúteis” manteria a correção gramatical.

23. Para que o trecho “Nem tampouco pode-se ocultar o fato do aumento de prevalência da doença depressiva em suas multifacetadas apresentações” esteja de acordo com a norma-padrão, deve ser reescrito da seguinte forma: Tampouco é possível ocultar o fato do aumento de prevalência da doença depressiva em suas multifacetadas apresentações.

24. O vocábulo *multifacetadas* em “em suas multifacetadas apresentações” pode ser substituído por *originais*, sem prejuízo para o sentido original do texto.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

Tomando por base a disciplina de ética e as disposições na Lei estadual 6.754/2006, que aprovou o Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

25. A censura ética é aplicável aos servidores públicos que já tiverem deixado o cargo, sendo que a advertência é aplicável aos servidores públicos no exercício do cargo.

26. Espera-se que o servidor público consiga desintegrar a função pública de sua vida particular, na medida em que os fatos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada não afetam seu conceito na vida funcional.

27. O servidor público deve se pautar pela verdade, embora possa excepcionalmente omiti-la, desde que esta se apresente contrária aos interesses da Administração Pública Estadual.

28. O servidor público alagoano tem o dever de divulgar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência do Código de Ética Funcional.

29. A transparência pública permite que o conteúdo das decisões da Comissão de Ética seja integralmente divulgado, sem quaisquer restrições.

30. A moralidade da Administração Pública Estadual, dada sua conotação objetiva, limita-se à distinção entre o bem e o mal.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

31. Os direitos humanos podem ser conceituados um conjunto de direitos que representam valores essenciais previstos em Tratados Internacionais e Constituições. Pela fundamentalidade material dos direitos humanos, mesmo não expresso em Tratados ou Constituições, direitos devem ser protegidos, o que é indispensável para a promoção da dignidade da pessoa humana.

32. Dentre importantes normas sobre direitos humanos, a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão de 1789, foi importante instrumento na afirmação de direitos civis e políticos

33. Os tratados internacionais sobre direitos humanos, aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos, possuem status supralegal.

34. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos permite restrições ao exercício do direito de associação.

35. Nos países onde a pena de morte é imposta, esta não poderá ser aplicada para delitos políticos, salvo crimes comuns conexos com delitos políticos que geram violações de direitos humanos.

36. A Comissão Interamericana declarará inadmissível toda petição ou comunicação que não expuser fatos que caracterizem violação dos direitos garantidos pela Convenção.

INFORMÁTICA

João Antônio

37. O comando `ls -l | grep casa` vai listar, do diretório atual, apenas as linhas do comando `ls` que contenham os caracteres "casa".

38. Eventual ocorrência de um ataque de *phishing* em que um usuário seja convencido a clicar um *link* malicioso específico recebido em uma mensagem de *email* poderá viabilizar um subsequente ataque proveniente da ação de um *Cavalo de Troia* contra os computadores e a rede dessa organização.

Considere a planilha mostrada abaixo, criada por meio do Microsoft Excel 365 ou do LibreOffice Calc 7, para responder às duas questões seguintes:

	A	B	C	D
1	10	8	12	8
2	14	8	10	8
3	16	6	14	8
4	10	12	12	10
5				
6				
7				

39. Caso o usuário escreva a fórmula `=MAIOR(A1:D4;MÍNIMO(A1:B4))` e pressione ENTER, será apresentado o valor 10 na célula C6.

40. Caso o usuário escreva, na célula A6, a fórmula `=B1+$C2` e a copie, colando-a em B6, o valor que aparecerá em B6 é 30.

Considere o MS-Word 365, em português e em sua configuração padrão, para responder às duas questões seguintes:

41. O ícone  localizado na guia Página Inicial, tem a função de limpar toda a formatação extra de um trecho de texto, retornando-o às configurações básicas contidas em seu estilo.

42. Quando habilitado o comando *Mostrar Tudo*, acessível por meio da guia Página Inicial, alguns caracteres especiais são exibidos na página do programa. Tais caracteres, como \rightarrow , \leftarrow e ☒ não são naturalmente impressos no papel e respectivamente representam uma quebra de parágrafo, uma tabulação e o fim de uma tabela.

43. Um Servidor Proxy Reverso localiza-se próximo aos usuários clientes, usado normalmente para balancear a carga de acesso entre diversos servidores espelhados.

44. NAT é um protocolo presente em roteadores residenciais que realiza o processo de converter pacotes entre endereços IP privados e IP públicos.

45. Aplicativos diversos instalados no sistema Linux são geralmente armazenados nos diretórios `/dev` e `/bin`.

46. Uma ameaça de Dia Zero é considerada uma ameaça grave, uma vez que a falha ainda não é conhecida. Ela pode ser mitigada, e algumas vezes evitada, por meio de ferramentas de segurança que monitorem o comportamento do tráfego e acesso aos equipamentos para identificar atividades suspeitas ou maliciosas por meio de técnicas de assinatura.

47. Um dispositivo configurado como IPS (*intrusion prevention system*) analisa tráfegos na rede de computadores, em busca de assinaturas de ataques, e notifica os administradores, porém não possui autonomia para bloquear o tráfego de rede.

48. O modelo padrão de Cloud Computing é a nuvem pública. Ela é executada por terceiros e sua infraestrutura pertence a um provedor externo que armazena e mantém seus dados. A categoria é baseada no pay-per-use, ou seja, a empresa contratante paga apenas o quanto usar dos recursos Cloud, implicando diretamente na redução de custos de capital inicial.

49. Um sequestro de navegador (browser hijacking) é a modificação não autorizada das configurações de um navegador por um malware, a fim de inserir anúncios indesejados no navegador do usuário. Um navegador sequestrado pode ter sua Página Inicial, página de erro ou página de busca alteradas. O objetivo principal dos malwares de sequestro é direcionar acessos a um website em particular, de modo a aumentar a renda através de propagandas.

50. No âmbito de segurança da Informação, considera-se uma blacklist uma lista de itens aos quais é negado o acesso a certos recursos, sistemas ou protocolos. Utilizar uma *blacklist* para controle de acesso significa garantir o acesso a todas entidades exceto àquelas incluídas na *blacklist*;

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

Acerca da Organização da Administração Pública e dos princípios e regras a ela aplicáveis, julgue os próximos itens.

51. A criação de uma fundação pública de direito público é feita por meio de autorização em lei específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.

52. Embora o capital social das sociedades de economia mista admita a participação privada, a maioria do capital votante deverá estar em mãos do poder público.

53. A descentralização administrativa consiste na repartição interna de competências de um ente da administração pública, com a finalidade de torna mais ágil e eficiente a prestação do serviço.

54. Decorre do princípio da tutela administrativa a atribuição que a Administração possui para anular seus próprios atos, quando eivados dos vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade.

Levando em consideração as disposições constitucionais, jurisprudenciais e doutrinárias acerca dos agentes públicos, julgue os próximos itens.

55. Os servidores das empresas públicas que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

56. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é válida a exigência de exame psicotécnico em concursos públicos, bastando que essa etapa do concurso esteja prevista no edital.

Considerando as disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos poderes da administração pública e dos atos administrativos, julgue as próximas assertivas.

57. Os atos administrativos, como regra geral, deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que embasaram a decisão.

58. Para que determinado órgão de fiscalização da Administração Pública interdite um estabelecimento, que foi flagrado infringindo normas de funcionamento, é necessário que seja concedida a ampla defesa prévia.

59. O atributo do ato administrativo que assegura que o ato foi praticado em consonância com o ordenamento jurídico, mesmo que eivado de vícios ou defeitos, até que se prove o contrário, denomina-se presunção de legitimidade.

60. Em decorrência do atributo da tipicidade, os atos administrativos, ao serem praticados, devem observar figuras previamente definidas pela lei, de forma a garantir uma maior segurança jurídica aos administrados.

61. Com base no poder regulamentar, a administração pública poderá complementar a lei, instituindo direitos e obrigações.

62. O desvio de finalidade ocorre quando o agente atua além dos limites de sua competência, buscando alcançar fins diversos daqueles que a lei permite.

63. O poder de polícia, que somente é exercido por órgãos de segurança pública, tem por objetivo evitar lesões aos interesses da coletividade.

Com base nas disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais dominantes acerca do controle da Administração Pública e da responsabilidade civil do Estado, analise as próximas assertivas.

64. A mera ausência do serviço público, quando relacionada com o dano ocasionado a um particular, não é suficiente para caracterizar a responsabilização civil estatal em virtude de sua omissão.

65. A participação da vítima no evento danoso pode atenuar ou até mesmo excluir a responsabilidade civil do Estado.

66. Todos os atos administrativos podem ser submetidos à apreciação judicial, independentemente de se tratar de um ato vinculado ou discricionário.

67. O controle administrativo, em razão de incidir sobre os próprios atos administrativos, é exercido apenas no âmbito do Poder Executivo.

Considerando as disposições da Lei 8.666/93, que trata das licitações públicas, analise a próxima assertiva.

68. É dispensável a licitação para a aquisição de determinado bem que seja fornecido por uma única empresa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

69. É possível a quebra de sigilo das comunicações telefônicas na Ação popular.

70. A Polícia Civil, cumprindo ordens judiciais de busca e apreensão domiciliar, ingressou na residência do investigado, durante a tarde. Na ocasião a polícia apreendeu armas e munição, contudo apesar da busca ter se iniciado durante o dia, os policiais deverão encerrar as buscas antes do período noturno, sob pena das provas obtidas após esse horário serem consideradas ilícitas.

71. A Polícia Federal compete investigar apenas crimes que desencadeiem ações na Justiça Federal, crimes que desencadeiem ações na Justiça Estadual devem ser investigados exclusivamente pela Polícia Civil.

72. De acordo com a CF, caso haja pedido de extradição, Aisha não será extraditada e não será levada à prisão ou nela mantida, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

73. Os crimes cometidos por Aisha são considerados inafiançáveis e imprescritíveis, nos termos da CF/88.

74. A prisão de Aisha e o local que ela se encontra deverão ser comunicados ao juiz competente e à família dela ou à pessoa por ela indicada, no prazo máximo de 48 horas.

75. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, mesmo que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos que não sejam decorrentes de sua atividade produtiva.

76. Em caso de falecimento do condenado, a prisão não poderá ser cumprida por seus sucessores, porém, a dívida monetária poderá, devendo ela ser paga integralmente, independentemente do valor da herança.

77. O objetivo fundamental da segurança pública, exercida exclusivamente por meio das polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civis, militares e dos corpos de bombeiros militares, é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

78. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

79. O princípio do devido processo legal preconiza que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

80. O direito de antena será concedido ao partido político que tiver êxito em eleger pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

81. Apesar de inexistir previsão expressa na CF os tribunais têm entendido pelo cabimento de Habeas Corpus coletivo.

82. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

83. A condenação criminal transitada em julgado só suspenderá os direitos políticos do cidadão caso a pena aplicada seja superior a dois anos.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

84. Com relação a aplicação da lei penal, julgue o item a seguir. De acordo com o art. 8.º do CP, a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas, desde que as penas digam respeito a crimes que não estejam inseridos no rol daqueles que, por convenção ou tratado internacional, o Brasil tenha se obrigado a combater, exigindo ainda, que os crimes sejam da mesma espécie.

85. Considere a seguinte situação hipotética. Entrou em vigor, no dia 1.º/1/2020 uma lei temporária que vigoraria até o dia 1.º/2/2020, na qual se preceituou que o aborto, em qualquer de suas modalidades, nesse período, não seria crime. Assim sendo, se Patrícia Cristina praticou aborto voluntário no dia 20/1/2020, mas somente veio a ser denunciada no dia 3/2/2020, não se aplica a lei temporária, mas sim a lei em vigor ao tempo da denúncia.

86. Lucas, estudante com 18 anos de idade, namorava Carmen Lúcia, que também era estudante, com 17 anos de idade. Em uma bela noite de domingo, o casal de adolescentes passeava tranquilamente pelas ruas de São Paulo, quando Lucas teve a ideia de subtrair os pertences dos turistas que estavam por ali circulando. Lúcia concorda com a manobra criminosa e juntos conseguem arrancar do pescoço de uma vítima dois cordões de ouro e já na posse do bem subtraído, mas para garantir a posse do objeto, empregaram violência contra a vítima. Ato contínuo evadiram-se do local dos fatos e se esconderam embaixo de um viaduto. No dia seguinte, que era a data de aniversário de 18 anos de Lucas, ambos foram encontrados e conduzidos até a delegacia especializada. Diante disso, Lúcia poderá ser responsabilizada pelo crime de roubo perante a vara criminal, nos moldes do que determina a teoria da atividade.

87. Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território da Argentina, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de Pedro Heleno, uruguaio residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto Pedro Heleno é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos. Diante da situação narrada, poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.

88. No conflito aparente de normas, o princípio da especialidade preceitua que a norma de caráter especial exclui a aplicação daquela com caráter geral. Trata-se de uma apreciação em abstrato e, portanto, independe da pena prevista para os crimes, podendo ser estas mais graves ou mais brandas. Por exemplo, se a mãe mata o filho, durante ou logo após o parto sob a influência do estado puerperal, comete infanticídio e não homicídio.

89. Sobre a Aplicação da Lei Penal, julgue o item que segue. Nos crimes permanentes e nos delitos praticados na forma continuada, sobrevindo lei nova mais severa durante o tempo de ocorrência do crime, não pode ela ser aplicada diante do princípio previsto no art. 5º, XL, da CF que é expresso ao prever que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

90. João, segurança de uma famosa rede de supermercados em São Paulo, percebeu que José escondera em suas vestes dois cremes dentais e dois sabonetes, de valor aproximado de R\$ 15,00 (quinze reais). Ao tentar sair do estabelecimento, José é preso em flagrante delito pelo segurança, que chama a polícia. Diante da situação hipotética, a conduta de José constitui crime, mas estará isento de pena, diante da inexigibilidade de conduta diversa, que é causa de excludente de culpabilidade.

91. Juliana Cristina, pretendo gastar a pensão de sua genitora Raquel Regina, a privou a de sua liberdade mediante cárcere privado mediante internação da vítima na casa de saúde “Fique Bem” na cidade de São Bernardo do Campo-SP, onde a privação da liberdade de Raquel Regina durou por mais de 15 (quinze) dias. Nessa situação hipotética, caso Juliana Cristina seja responsabilizada deverá responder pelo crime de extorsão mediante sequestro qualificado em razão do parentesco e da quantidade de dias que perdurou a privação da liberdade da vítima.

92. Robson ingressa na residência de Lourdes e subtrai o cofre que se encontra na sala, levando-o para um local distante. Como desconhecia o segredo do cofre, utiliza-se de um machado para abri-lo, e subtrai as joias que estavam em seu interior. Após abandonar o cofre violado, leva as joias para Lucas, dono da Loja LS Joalheria LTDA, que efetua a compra sem se importar em apurar a origem das joias adquiridas. Algum tempo depois o fato é descoberto e a notícia é levada para apuração do Delegado de Polícia. Nessa situação hipotética, Robson e Lucas deverão responder, respectivamente, pelos crimes de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (Art. 155, § 4º, I, do CP) e receptação qualificada (Art. 180, § 1º, do CP).

93. João desferiu diversos golpes de faca no peito de Mário, sendo que, desde o início dos atos executórios, tinha a intenção de, com seus golpes, causar a morte do seu desafeto. No início, os primeiros golpes de faca causaram lesões leves em Mário. Na quarta facada, porém, as lesões se tornaram graves, e os últimos golpes de faca foram suficientes para alcançar o resultado morte pretendido. João, para conseguir o resultado final mais grave, praticou vários atos com crescentes violações ao bem jurídico, mas responderá apenas por um crime de homicídio por força do princípio da subsidiariedade, por se tratar de progressão criminosa.

94. Maria, que estava sob a influência do estado puerperal, em face de ter acabado de dar à luz, estando sonolenta pela medicação que lhe fora ministrada, ao revirar na cama, acabou sufocando seu filho, que se encontrava ao seu lado na cama, matando-o. Logo, Maria deverá responder deverá responder pelo crime de infanticídio na forma culposa, tendo em vista que não teve a intenção de matar o filho e nem assumiu o risco de produzi-lo.

95. No que diz respeito aos crimes contra a Administração Pública julgue o item que segue. João, oficial de justiça, solicita à Lúcio o pagamento de dois mil reais para não cumprir rapidamente um mandado de citação. Lúcio então paga o valor ao funcionário público que retarda o ato de ofício, e não cumpre a ordem em referência. Nessa situação, a conduta de João se amolda ao crime ao crime de prevaricação.

96. Carlos Alberto, funcionário público, convida Mário Sérgio, que trabalha em empresa privada, para ajudá-lo a subtrair um computador, pertencente à repartição, que se encontra na sala de trabalho de Carlos Alberto, para seu uso diário, e que se acha sob sua guarda. Ciente da condição de funcionário público de Carlos Alberto, Mário Sérgio ajuda-o a transportar esse bem até sua casa. Nessa situação hipotética, Carlos Alberto e Mário Sérgio respondem por peculato.

97. Ricardo, servidor público, desviou para reforma da repartição pública de onde trabalha, determinada quantia que dispunha em razão de seu cargo que estava regularmente destinada à compra de computadores para as escolas do município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de crime de peculato-desvio, independentemente de Ricardo ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.

98. João Augusto é oficial de justiça da 2ª Vara Cível de Diadema-SP. No exercício de suas funções, de posse de mandado judicial, se dirigiu à casa Peter Aurélio para efetuar despejo coercitivo. Ao chegar no local, encontrou seu grande amigo Harry Lúcio, que estava residindo na casa ao lado de Peter

Aurélio. Harry Lúcio contou que Peter Aurélio passava por dificuldades financeiras, tinha dois filhos pequenos e que sua esposa estava grávida. Ao tomar conhecimento de que João Augusto faria o despejo de Peter Aurélio, Harry Lúcio pediu a João Augusto que retardasse o despejo de Peter Aurélio, no sentido de que ele pudesse se ajustar em outro lugar, o que foi prontamente atendido por João Augusto. Nessa hipótese, João Augusto deverá responder pelo crime de prevaricação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

TEXTO-BASE para os itens 99 a 103

Situação hipotética: O delegado de polícia instaurou, *ex officio*, inquérito policial para apurar suposta prática do crime de homicídio doloso qualificado, praticado pelo policial civil Rafael Sampaio. Segundo consta na portaria de instauração, Rafael se encontrava em um quiosque na praia de Jatiúca, em Maceió-AL, quando se desentendeu com o dono do quiosque, Pedro, por conta de uma cerveja, que foi servida em temperatura ambiente, quando, nos dizeres de Rafael, deveria estar “estupidamente gelada”. Em razão disso, Rafael sacou sua arma e desferiu três tiros no peito de Pedro, que faleceu no local, em razão dos disparos.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

99. Assertiva: nesse caso, Rafael deverá ser citado para ciência da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da citação.

100. Assertiva: por se tratar de crime de ação penal pública incondicionada, a autoridade policial agiu corretamente ao determinar a instauração do inquérito policial “*ex officio*”.

101. Assertiva: o defensor de Rafael terá direito de ter acesso amplo aos elementos de prova já documentados nos autos do inquérito policial e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

102. Assertiva: caso reste comprovado que Rafael agiu em legítima defesa, a própria autoridade policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, eis que a manutenção do inquérito policial em tais circunstâncias irá configurar flagrante constrangimento ilegal.

103. Assertiva: se, no curso das investigações, restar comprovado que Rafael está ameaçando testemunhas, o Juiz poderá, de ofício, decretar a prisão preventiva de Rafael, para a conveniência da instrução criminal.

TEXTO-BASE para os itens 104 a 107

Situação hipotética: Neto foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes (pena: reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e multa), no exato momento em que realizava a venda de 47 pinos de cocaína (contendo a inscrição “cv – pó de 20”), tendo sido conduzido à presença da autoridade policial local. Lavrado o Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD), a autoridade comunicou imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontrava ao Juiz, ao MP e à família do preso, bem como encaminhou o APFD ao Juiz competente, junto com a FAC do preso, na qual constavam 02 outras condenações definitivas pela prática do mesmo delito.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

104. Assertiva: no caso em tela, por se tratar de crime cuja pena máxima é superior a 04 anos de privação da liberdade, não cabe à autoridade policial arbitrar fiança, de forma que somente o Juiz poderá conceder fiança nesse caso.

105. Assertiva: o flagrante narrado se caracteriza como flagrante impróprio, eis que o agente estava cometendo a infração penal no momento em que foi preso em flagrante.

106. Assertiva: deverá o Juiz realizar audiência de custódia, no prazo de 24h, oportunidade na qual poderá converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, de ofício, para a garantia da ordem pública, dada a alta probabilidade de reiteração delitiva.

107. Assertiva: caso o Juiz verifique que a prisão de Neto foi ilegal, deverá relaxar a prisão.

108. A nova lei processual penal se aplica imediatamente, mas não prejudica a validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.

109. Se o réu afiançado, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo, será considerada quebrada a fiança, o que importará na importará na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.

110. Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento, devendo ser fixada entre 10 e 200 salários mínimos, caso se trate de crime cuja pena máxima não exceda a 04 anos.

111. Acerca dos Juizados Especiais Criminais, julgue os itens seguintes:

Ao autor de infração de menor potencial ofensivo que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

112. Acerca dos Juizados Especiais Criminais, julgue os itens seguintes:

Agente que cometer o crime de estelionato em sua forma simples (pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa) não fará jus ao benefício da transação penal, por não se tratar de infração de menor potencial ofensivo, mas será possível o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.

LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

113. Considerando o disposto na Constituição do Estado de Alagoas, julgue (C ou E) para o item subsequente. A Polícia Militar, força auxiliar e reserva das Forças Armadas, subordina-se, juntamente com a Polícia Civil, ao Governador do Estado

114. Sobre a Segurança Pública na Constituição de Alagoas, julgue o item seguinte. As guardas municipais, quanto às atividades operacionais, são supervisionadas pela Polícia Militar do Estado de Alagoas.

115. De acordo com o disposto na Lei 3.437/75, que dispõe sobre o Estatuto do Pessoal da Polícia Civil do Estado de Alagoas, julgue o item a seguir. Havendo compatibilidade de horários, o membro da Polícia Judiciária poderá exercer cumulativamente atividade de magistério, sendo considerada como atividade técnica aquela que corresponde à profissão de nível médio ou superior de ensino, sujeita a habilitação em curso oficial ou reconhecido.

116. Conforme disciplina a Lei no 3.437/75 - Estatuto do Pessoal da Polícia Civil do Estado de Alagoas, julgue o item a seguir: A Ordem do Mérito Policial, cujos graus são ouro, prata e bronze, tem como finalidade premiar policiais civis que se destacaram em serviço, assim como outras personalidades que contribuíram de forma relevante à causa policial.

117. Considerando o Estatuto do Pessoal da Polícia Civil do Estado de Alagoas (Lei nº 3.437/1975), julgue o item a seguir: Para ser nomeado para agente da Polícia Civil do Estado de Alagoas, entre outros requisitos, são necessários idade mínima de dezoito anos e máxima de trinta anos, salvo algumas exceções, e condições psicológicas e temperamentais compatíveis com a atividade policial.

118. Considerando o Estatuto do Pessoal da Polícia Civil do Estado de Alagoas (Lei nº 3.437/1975), julgue o item a seguir: É competente para dar posse a servidor da Polícia Civil do Estado de Alagoas apenas os chefes de departamento e o Corregedor-Geral.

119. Segundo a Lei 5.247/91 - Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, são parâmetros para a análise de desempenho: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

120. Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, julgue o item a seguir: A diária será concedida a servidor que se afastar da sede transitoriamente devido a atribuições inerentes ao cargo em que ocupa.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Final-PC-AL-21-08>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

5 CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>